



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- ACTA N.º 14/2007 -----

-----Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e sete, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dra. Elsa Maria Lopes Correia, Dra. Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Dra. Maria José de Bastos Jorge Gonçalves Freixinho, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.**-----

-----Secretariou a presente reunião, a Assistente Administrativa, Isilda Maria Tavares Garcia Abrantes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 5 de Julho de 2007, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.197.591,60 € (Um milhão, cento e noventa e sete mil, quinhentos e noventa e um euros e sessenta cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----1 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

-----2 – ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----2.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA-----

-----2.1.1 – PROGRESSO DAS COMUNIDADES-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida começou por referir que “o progresso das comunidades advém sempre da sua promoção sócio-económica, social e política. Nada se faz sem a cooperação de todos, ninguém é dono da verdade e temos sempre que ouvir as outras pessoas. E quando se diz, por exemplo, que “a gente governa com a nossa cabeça”, está correcto, e é verdade que quem tem poder de decisão, decide, dentro dos princípios que deve seguir, mas entendo que quando se decide também se deve ouvir os outros e saber o que pensam, porque a comunidade não é só de uma pessoa, é de todos nós.” Afirmou que o que disse, advém do que tem verificado na localidade de Oliveira do Hospital, salientando que a Câmara Municipal tem tido ideias que considera interessantes para o progresso da nossa comunidade, citando como exemplos concretos o “Empreender +” e a recente criação do “NDEIB - Núcleo de Desenvolvimento Empresarial do Interior e Beiras”. Contudo, e para além destes projectos, acredita que outras pessoas possam



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

A visualização deste documento não invalida a consulta do original

apresentar novas ideias que garantam o progresso da nossa comunidade, propondo que, à semelhança de outros municípios, o Município de Oliveira do Hospital promova um Fórum, um Seminário ou um Colóquio, no sentido de que outras pessoas se possam manifestar com as suas opiniões/ ideias, relativamente a uma série de obras, projectos e planos que em breve irão ter lugar no concelho, tal como tem vindo a ser anunciado pelo Sr. Presidente, tendo em vista a definição de um plano estratégico para o futuro do concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente deu conta de que a Câmara Municipal está interessada na auscultação de todos os agentes / intervenientes no sentido de tomar decisões as mais consentâneas possíveis com a vontade e aspirações de todos os munícipes. Contudo referiu entender que para existir uma decisão assente numa opinião partilhada terá que existir disponibilidade e vontade para tal, o que não tem vindo a acontecer, por parte de alguns interlocutores, afirmando que “como habitualmente se diz, contra ventos e marés, entenda-se contra “eventuais interesses de carácter particular”, nunca abdicarei de decidir. Ouvir, ouço, quando tiver de decidir, decido, sempre decido e continuarei a decidir, conjuntamente com os meus pares.” Prosseguiu salientando que “decidir por vezes é difícil, mas é pior a indecisão do que uma má decisão.” Quanto à realização do referido Fórum, o Sr. Presidente informou de que no próximo dia 18 de Julho decorrerá na Casa da Cultura César Oliveira, em Oliveira do Hospital, a partir das 17,00 horas um *workshop* tendo em vista a recolha de contributos para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Pinhal Interior Norte, e para o qual os Srs. Vereadores serão, entre outras entidades e personalidades, convidados a estar presentes. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida manifestou a sua discordância quanto à denominação “Workshop” uma vez que não vai ao encontro das suas expectativas, continuando a defender a realização de um Seminário, um Colóquio ou um Fórum a nível concelhio, com uma duração alargada de um a dois dias, onde todas as entidades concelhias ligadas ao desenvolvimento da comunidade oliveirense se possam reunir a fim de apresentarem novas ideias em prol desse desenvolvimento. Manifestou ainda a sua concordância com a afirmação do Sr. Presidente “nunca abdicarei de decidir”, realçando que a decisão é do líder, um acto isolado e solitário. Contudo, é seu entender que para decidir é preciso saber ouvir a opinião de outros, opiniões que considera relevantes para a instrução das decisões necessárias em prol de um desenvolvimento melhor para o concelho de Oliveira do Hospital, salientando e lembrando que “um sozinho não vai a lado nenhum. Um sabe pouco, todos juntos sabemos mais.” -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra subscreveu a proposta efectuada pelo Sr. Vereador Albano Almeida por entender que a mesma é meritória, reconhecendo que se trata de um assunto pertinente e que merece ser debatido no concelho de Oliveira do Hospital, durante um fim-de-semana ou durante um dia e meio, por painéis temáticos, com especialistas mas também com contributos da população e bem assim dos agentes de desenvolvimento do concelho. -----

-----**2.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

-----**2.2.1 – PISCINAS MUNICIPAIS**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se às obras que estão a decorrer nas instalações das Piscinas Municipais, em Oliveira do Hospital, questionando o Sr. Presidente sobre qual o tipo de obras que estão a ser feitas e porque é que estas só agora é que estão a ser realizadas, uma vez que estamos no início do Verão, altura em que as pessoas começam a frequentar aquele espaço. Relembrou que já no ano transacto também lá foram realizadas obras nesta mesma altura,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

considerando que não será o melhor momento para levar a efeito quaisquer intervenções de beneficiação naquele equipamento uma vez que se trata de uma época em que para lá afluem mais pessoas. No seu entender dever-se-ia ter pensado em realizar as referidas obras mais cedo. -----  
-----O Sr. Presidente esclareceu que o atraso no início das referidas obras se deveu ao facto de ao longo do ano não estarem reunidas as condições climatéricas necessárias à execução de obras desta natureza, condições essas que só agora se verificaram, mas que estão já em fase de conclusão, o que permitirá a abertura das piscinas descobertas ao público dentro de dias. -----

-----**2.2.2 – ROTUNDA DA IRAL – “MONUMENTO AO EMPRESÁRIO”**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, e uma vez que constatou que as obras para colocação do Monumento ao Empresário na Rotunda junto à IRAL, em Oliveira do Hospital já foram iniciadas, o Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente sobre qual o valor da obra, o seu tempo de execução, se a obra foi adjudicada por Ajuste Directo e bem assim qual a empresa adjudicatária da mesma. -----

-----O Sr. Presidente informou que em relação às infra-estruturas necessárias á implantação do Monumento ao Empresário, foi feito um Concurso Limitado, para o qual foram convidadas sete empresas locais, tendo a empreitada sido adjudicada à firma Fonseca & Fonseca, Lda, pelo valor de 69.564,12 € (Sessenta e nove mil, quinhentos e sessenta e quatro euros e doze cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, montante ao qual é adicionado o custo do trabalho do escultor, entenda-se do monumento em si mesmo, que é de 84.000,00 € (Oitenta e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Mais referiu que o prazo estipulado para a realização da empreitada é de 60 dias e que o escultor apenas aguarda a conclusão desta para poder avançar com a colocação do monumento. -----

-----**2.2.3 – ESPAÇO PÚBLICO DA INTERNET DE SEIXO DA BEIRA**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: -----  
“Tive conhecimento de que vai abrir, para breve, creio que no dia 15 de Julho, o Espaço Público de Internet de Seixo da Beira. Em traços gerais, congratulo-me, naturalmente, pela criação de mais um Espaço Público de Internet no concelho. Pelas minhas contas, em traços gerais, será o sexto a seguir ao de Oliveira do Hospital, ao da Biblioteca Ludoteca de Lagares da Beira, ao de Nogueira do Cravo, ao da Associação de Jovens de Meruge e ao do Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva. A inauguração de mais um espaço deste género na freguesia de Seixo da Beira acho que se revela uma medida positiva. Contudo, gostava de questionar o Sr. Presidente sobre qual o modelo de gestão daquele espaço, mas também de dizer que temos de pensar onde criar outros espaços deste género de forma a criar uma rede concelhia de espaços públicos da Internet, acho que é importante pensarmos e reflectirmos sobre este assunto porque há um conjunto de freguesias no concelho que são populosas e que têm uma série de localidades pelo que deveríamos pensar, de facto, na criação de outros espaços da Internet de forma a criar a referida rede concelhia. Relativamente ao modelo de gestão para o referido espaço da Internet de Seixo da Beira eu queria saber, quais são as responsabilidades da Câmara Municipal ou do Município na gestão do espaço, por quem vai ser feita a dinamização desse espaço e que tipo de acções é que vão ser desenvolvidas. Relativamente aos recursos humanos queria saber que procedimentos é que foram desencadeados para a contratação de monitores e quantas pessoas ficarão a dinamizar o espaço e bem assim que tipo de vínculo terão com o Município de Oliveira do Hospital. Questionava também sobre quem é



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

que assegurará as despesas de funcionamento e, naturalmente, a gestão e manutenção daquele espaço”.-----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente informou que o modelo de gestão a adoptar para o Espaço Público Internet de Seixo da Beira será o mesmo do espaço Internet de Oliveira do Hospital e de Nogueira do Cravo, esclarecendo que neste momento está a decorrer o concurso público para o recrutamento de duas pessoas para aquele espaço. Informou ainda que a dinamização daquele Espaço será da responsabilidade da Câmara Municipal, dando conhecimento de que a candidatura apresentada pelo Município, para co-financiamento deste projecto, foi homologada no âmbito do POS\_Conhecimento com uma taxa de comparticipação de 45% do montante elegível. Disse ainda que todas as freguesias do concelho têm postos de acesso à Internet, citando a título de exemplo algumas das entidades que foram já apoiadas pela Câmara Municipal, a saber, freguesias de Bobadela e Lajeosa, União Desportiva e Tuna Vilafranquense, Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense, Associação de Melhoramentos da Póvoa das Quartas e Associação Recreativa e Cultural de Digueifel.-----

-----**2.2.4 – PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu o seguinte: -----

-----“Há uns tempos saiu na comunicação social, num Jornal local, uma entrevista do Sr. Prof. Lusitano dos Santos, Coordenador da equipa de Revisão do PDM, onde esclarece que, no âmbito deste processo, estão delimitadas várias zonas de actividades económicas daquilo que ele designa por Zonas de Actividades Económicas Oliveira do Hospital, Ervedal da Beira, São Gião, Recta da Salinha e Alto da Gorma. Relembro que em Junho do ano de 2005 estava também prevista, pelo menos delimitamos na altura como proposta a incluir na Carta, uma zona para actividades económicas em Lagares da Beira. Mais tarde, foi aqui referido que, alegadamente por impedimento ao nível da RAN, não seria possível instalar a referida zona de actividades económicas na localização inicialmente definida. Em Setembro de 2006 apelei aqui à vontade política para resolver esta situação, encontrando uma nova solução para a localização de uma área empresarial para Lagares da Beira, em consonância com aquilo que havia ficado acordado em Junho de 2005. Verifico pela mesma entrevista que de facto não aparece qualquer referência a Lagares da Beira, Volvido este tempo todo acho que deveríamos pensar qual é a solução alternativa, uma solução que possamos encontrar para a freguesia de Lagares da Beira e, questionava o Sr. Presidente sobre que alternativas é que estão pensadas. Como já disse, Lagares da Beira é o segundo Núcleo Urbano do concelho, tem algumas pequenas indústrias ligadas ou instaladas em oficinas, foi consensual a opinião de que estas oficinas e estas pequenas indústrias pela natureza da sua actividade e pelo impacto que provocam deveriam sair dos núcleos das vilas ou aldeias e serem concentrados em espaços próprios e com condições ao nível de infra-estruturas para os acolher, portanto parece-me evidente que temos de encontrar uma solução para a criação de uma zona de actividades económicas para Lagares da Beira no sentido de solucionar esta questão.”-----

-----O Sr. Presidente referiu que como é do conhecimento dos senhores Vereadores, a Comissão Técnica de Acompanhamento da Revisão do PDM não aprovou a primeira proposta apresentada pela Câmara Municipal no que diz respeito à proposta para a criação de uma zona de actividades económicas em Lagares da Beira. Mais esclareceu que já dialogou com o Sr. Prof. Lusitano dos Santos no sentido de este elaborar um relatório/ponto de situação acerca dos trabalhos já realizados no âmbito da Revisão do PDM, com vista a ser presente em reunião do executivo para conhecimento dos Srs. Vereadores. Relembrou que se trata de um processo complexo uma vez que depende de um conjunto de entidades com forte poder de decisão. Mais referiu que por força do



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e bem assim dos PROT's - Planos Regionais de Ordenamento do Território, se prevê que a Lei venha a ser alterada, conferindo outros poderes às Autarquias Locais, no âmbito dos processos de revisão dos PDM's, o que no seu entender facilitará, em muito, este procedimento. Lembrou que uma vez que o sistema actual ainda não funciona desta forma terão que continuar a sujeitar-se às regras e ao sistema em vigor.-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre se, uma vez que não sendo possível delimitar a zona de actividades económicas de Lagares da Beira no local inicialmente marcado, se foram ou não estudadas outras alternativas. Considerando que se trata de uma das maiores freguesias do concelho acredita que seja possível encontrar uma alternativa para aquela freguesia, ao que aquele responsável referiu tratar-se de uma questão a ser estudada.-----

**-----2.2.5 – ESTADO DA ESTRADA OLIVEIRA DO HOSPITAL/ LAGARES DA BEIRA/ ERVEDAL DA BEIRA/ SEIXO DA BEIRA/ CALDAS DA FELGUEIRA -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao mau estado da estrada Oliveira do Hospital/ Lagares da Beira/ Ervedal da Beira/ Seixo da Beira/ Caldas da Felgueira, alertando para o estado da vegetação que encobre as bermas, as valetas e ainda os respectivos sinais de trânsito. No seu entender é uma aspecto negativo uma vez que prejudica a visualização destes, referindo que dá uma má imagem à estrada em causa e bem assim ao Município de Oliveira do Hospital, dando ideia de que aquele troço se encontra ao desprezo e ao abandono. Questionou o Sr. Presidente se não existem meios no Município para limpeza destas bermas, uma vez que por várias vezes são referidos os trabalhos de limpeza feitos pelos corta sebes e limpa bermas na Assembleia Municipal, questionando ainda se estes meios não podem ser utilizados para as limpar. Mais referiu que não havendo meios próprios acredita que a Câmara Municipal tem condições para contratar uma empresa no sentido de vir a realizar esses mesmos trabalhos.-----

-----O Sr. Presidente deu conta que ao longo deste ano a via referenciada pelo Sr. Vereador José Francisco Rolo já foi alvo de duas intervenções ao nível da limpeza das bermas em toda a sua extensão, pelo que não se encontra ao abandono como referido. Lembrou que são intervenções que têm de ser priorizadas em função da importância relativa das vias, sendo que actualmente estão 3 tractores corta sebes a efectuar a limpeza das bermas das estradas do Vale do Alva por se tratar de uma zona turística e com muita vegetação espontânea. -----

**-----2.2.6 – APOIO SOCIAL NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – REDE DE PROTECÇÃO SOCIAL-----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se ao Relatório acerca da Caracterização da rede de Protecção Social do Concelho que foi presente pelo Sr. Presidente na última sessão da Assembleia Municipal. Elogiou os Técnicos responsáveis pela sua elaboração e referiu que tratando-se de um Relatório exaustivo tem algumas apreciações políticas que pretende analisar com mais atenção no sentido de numa próxima reunião tecer algumas considerações sobre o mesmo. -----

-----Ainda sobre este assunto referiu o seguinte: -----

-----“Reparei que as taxas de cobertura em várias valências, na área social, estão acima da média do distrito e creio que isso resulta de um trabalho conjunto em que se destaca o trabalho das instituições particulares de solidariedade social, obviamente interligadas entre si e com a colaboração do Município. Agora, politicamente, o que ressaltou da longa leitura feita pelo Sr. Presidente da Câmara na Assembleia Municipal é que houve, no meu entender, uma tentativa de aproveitamento da Câmara Municipal do trabalho realizado pelas IPSS's, o que não me parece justo





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

nem correcto. Com a intervenção que fez na Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara, em termos de Acção Social no concelho, pretendeu, de alguma forma, colocar no mesmo saco o trabalho das IPSS's e o trabalho do Pelouro da Acção Social da Câmara Municipal. Pese embora exista a Rede Social Concelhia que integra os vários parceiros acho que merece o louvor pelo trabalho desenvolvido e esse louvor deve ser dado a quem de direito e a quem desenvolve o trabalho no terreno. Portanto, considero de alguma forma excessivo que a Câmara pretenda tomar como seu o trabalho feito pelas IPSS's no concelho. Ainda que deva estar orgulhosa desse trabalho deva reconhecê-lo e apoiá-lo logística e financeiramente, pelo menos é isso que entendo que deve ser feito. Depois, antes da propaganda dos sucessos alcançados e dos auto elogios a Câmara Municipal deve antes preocupar-se em dar respostas às situações descritas no Relatório de Actividades do Gabinete de Acção Social. Devemos preocupar-nos em encontrar respostas aos quase dois mil casos de atendimento que a Câmara teve no ano de 2006, segundo o referido Relatório, dar-mos atenção ao facto de 80% dos encaminhamentos dados serem no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, de haver 71 processos, alguns que transitaram de anos anteriores que totalizam 117 crianças e jovens em risco, e só terem sido efectuadas 26 visitas domiciliárias o que dá uma média de 2 por mês. Eu acho que estes indicadores podem ser melhorados. É para estes números que temos de olhar e reflectir, e depois organizar o trabalho definir metas e objectivos e ir trabalhar no terreno em proximidade. Mas, antes de tudo, recomenda-se e alerto para a necessidade de haver organização. Já há alguns meses atrás alertei que o Plano de Desenvolvimento Social expirava este ano de 2007, hoje volto a reforçar essa preocupação e eu atempadamente alertei aqui para a necessidade de se começar a sua revisão e o seu enquadramento nos seus normativos legais tal como referi na altura. Neste sentido é importante cumprir com a nova Lei que regulamenta a implementação da Rede Social, o Decreto-Lei nº 115/2006, e nesse aspecto é referido que os Planos de Desenvolvimento Social têm um período de vigência de 4 anos e depois têm que ser revistos e actualizados, isso implica que tenham também um Plano de Acção Anual. Não sei se o Plano de Desenvolvimento Social tem sido implementado com base num Plano de Acção Anual, eu desconheço, mas é importante vincar a necessidade de ter um Plano de Acção Anual. E, introduz também algumas alterações no Regulamento Interno do Conselho Local de Acção Social. Volta a insistir e eu também insisto aqui na criação das Comissões Sociais de Freguesia, e tal como propus há uns meses atrás elas devem ser implementadas nas freguesias mais problemáticas, mas também e ainda no domínio da acção social volto a insistir no acesso do concelho ao Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas no qual a Rede Social Concelhia tem um papel preponderante e, conforme refere o Despacho que cria este programa, é a Rede Social que selecciona os cidadãos cujas casas serão intervencionadas no âmbito do programa. São oportunidades que entendo que não devemos perder, para tal é fundamental organizar o trabalho, planear as acções e por isso há que olhar para o Plano de Desenvolvimento Social. Neste caso, ver o que ficou por fazer e a partir daí actualizá-lo e produzir os necessários planos anuais, enquadrando-os nos compromissos do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.”----

-----Sobre o assunto o Sr. Presidente esclareceu que o referido documento surgiu porque havia alguns membros da Assembleia Municipal que davam a entender que o Executivo em permanência não tinha qualquer política social para o concelho, pelo que era necessário demonstrar a essas pessoas que, efectivamente, existe uma política social para o concelho, articulada e concertada com todos os parceiros, nomeadamente as IPSS's, as Juntas de Freguesia que aderiram à Rede, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil e a Segurança Social. Salientou que se trata de um trabalho realizado em parceria, desde o apoio a crianças e jovens em risco, ao apoio social a famílias excluídas, ao apoio social a famílias com problemas ao nível das suas habitações, ao apoio que é dado aos jovens ao nível das escolas, afirmando que não se trata de nenhuma acção de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

propaganda pois não é isso que compete fazer à Câmara Municipal, mas sim de desenvolver acções tendentes a reduzir ou eliminar todos os factores de exclusão social. Mais informou que é por esta razão que o edifício do futuro Centro de Emergência Social em Travanca de Lagos está quase concluído, com vista a acolher idosos com problemas, menores que sejam alvo de maus-tratos e mulheres fruto de violência doméstica. Lembrou que nesta matéria o concelho de Oliveira do Hospital evoluiu bastante, o que no seu entender não invalida que não se continue a trabalhar com o mesmo afinco, com a mesma disponibilidade e com o mesmo empenhamento. Reconheceu que o Plano de Desenvolvimento Social concelhio está a expirar mas lembrou que a sua revisão já está a ser preparada, sendo que terá de aguardar pela definição das competências nesta área que estão a ser negociadas entre o Governo e a ANMP com vista à transferência para as autarquias, demonstrando que este assunto não está esquecido. Mais referiu que ao contrário do que se diz, a Câmara Municipal tem um óptimo relacionamento com todas as IPSS's do concelho. No que diz respeito ao Programa de Conforto Habitacional para Pessoas Idosas confrontou o Sr. Vereador José Francisco Rolo com o valor da verba máxima indicada para o efeito, questionando-o sobre se no seu entender o montante estabelecido era o suficiente para avançar com algum projecto neste âmbito, ao que aquele membro do executivo referiu que existindo um programa o Município ou se candidata ou não se candidata, pois se existe um programa que permite dar financiamento para melhorar as condições de salubridade e higiene das habitações dos idosos no seu entender deve ser aproveitado, não numa lógica de financiamento a 100%, mas somando aos meios que o Município já tem inscritos no Plano e Orçamento. -----

-----**2.2.7 – EDIFÍCIO DO GAT DE SEIA – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: -----

-----“Na sequência de uma posição que aqui tomámos na reunião do executivo do mês de Março, relativamente ao edifício do GAT de Seia, eu requeria um ponto de situação relativamente a esse processo. Como é que foi encaminhado e como é que se encontra neste momento.”-----

-----O Sr. Presidente informou que foi dado conhecimento ao Sr. Vice-Presidente da CCDRC da deliberação camarária tomada em reunião de 16 de Março do corrente ano, tendo este posteriormente manifestado vontade em dialogar com a sua pessoa, o que não se verificou até ao momento, pelo que, para além deste contacto, desconhece se houve algum desenvolvimento no referido processo.-----

-----**2.2.8 – ROTEIRO TURÍSTICO MUNICIPAL – PONTO DE SITUAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo questionou o Sr. Presidente da Câmara do seguinte: -----

-----“Na última reunião do executivo pedi aqui esclarecimentos sobre o estado de execução do Roteiro Turístico Municipal. Parece que havia problemas na sua produção, questionava se houve algum avanço nesta matéria, e terminava dizendo que já vamos quase a meio do mandato e, quase dois anos para produzir um roteiro parece-me que não tem justificação, daí que peça celeridade na produção deste roteiro para o Município, e voltar a vincar a necessidade de ter uma edição trilingue e rapidamente produzi-lo para que possa ser distribuído quer aos turistas, quer aos visitantes que procuram a nossa região.”-----

-----O Sr. Presidente esclareceu que foram já contactadas diversas empresas e empresários com vista à apresentação de propostas para esse efeito, sendo que, no entanto, ou as propostas apresentadas não vão de encontro ao que foi idealizado pelo Executivo em permanência ou então, como acontece em alguns casos, as mesmas ainda não foram apresentadas, sendo que entretanto já



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

foram contactados outras empresas com experiência nessa área. Salientou que este era um assunto que estava a ser tratado. -----

-----**2.3 – INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO**-----

-----**2.3.1 – MARCHAS POPULARES/2007**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se à realização das Marchas Populares/ 2007, que decorreram no âmbito da Semana Popular, felicitando a Câmara Municipal pelo êxito obtido pelo referido evento, quer pela qualidade dos trabalhos apresentados, quer pela adesão verificada por parte da comunidade. Salientou que é um evento que tem estado a tomar dimensões importantes na celebração das festividades dos Santos Populares pelo que considera ser digno e merecedor do apoio cedido pela Câmara Municipal para que continue a ser uma referência anual na realização de actividades culturais desta natureza. Ainda sobre este assunto, e à semelhança do ano transacto, mantém a sua posição no que diz respeito ao local escolhido para a realização deste evento, uma vez que entende que há algo que tem de ser feito para melhorar a visualização aos cidadãos que pretendem ver o desfile das referidas Marchas Populares. Neste sentido reiterou a necessidade da Câmara Municipal contratar o aluguer de umas bancadas móveis de forma a permitir um maior acolhimento de todos os cidadãos que assistem a este evento dando-lhes assim maior conforto e qualidade na visualização do desfile das Marchas Populares. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida tomando uso da palavra também felicitou a Sr. Vereadora do Pelouro da Educação e Cultura pelas iniciativas culturais que estão a ser desenvolvidas pela Câmara Municipal, as quais lhe agradam muito. -----

-----**2.3.2 – ORDEM DE TRABALHOS DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho referiu-se ao conteúdo da Ordem de Trabalhos da última sessão da Assembleia Municipal, salientando que ao contrário do que foi referido na mesma, entende que quer o Plano de Prevenção Florestal Concelhio, quer o Relatório da Caracterização da Rede de Protecção Social Concelhia, são assuntos que considera de extrema importância para o concelho de Oliveira do Hospital. Manifestou a sua satisfação pela forma como foram apresentados os referidos documentos, embora reconheça que a apresentação do Plano de Protecção Florestal Concelhia foi mais “leve”. Quanto ao seu conteúdo, referiu que o concelho de Oliveira do Hospital tem razões para estar mais tranquilo uma vez que estão a ser reunidos elementos e meios de combate que podem vir a fazer face às adversidades que os incêndios, que por norma deflagram no período de Verão, sejam impedidos de devastar a nossa floresta. Em relação ao Relatório da Caracterização da Rede de Protecção Social Concelhia, lamentou o facto do debate sobre este ter sido mais “pobre”, salientando que é um tema de grande interesse e que por isso já foi várias vezes objecto de discussão em reuniões do executivo. Quanto ao documento, reconheceu tratar-se de um elemento que reúne um conjunto de informações muito úteis no sentido de permitir que se continue a actuar e a pensar nesta área de forma construtiva, nomeadamente com o pensamento de que os cidadãos estarão sempre em primeiro e que são merecedores de todo o apoio quando se encontram em condições que assim o justifiquem. Mais referiu que esta é que deve ser a preocupação da Câmara Municipal e bem assim a de todos os intervenientes neste processo. Salientou que se trata de um princípio de trabalho e que havendo uma série de instâncias que estão reunidas com o propósito de atingirem fins de interesse comum deverão empenhar-se com vista a alcançarem os seus objectivos. Contudo referiu entender que cada um e, nomeadamente a Câmara Municipal





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

deverá assumir o seu papel com muita intensidade de forma a dar cobertura a todas as situações que assim o merecerem. -----

----- **3 – ORDEM DO DIA** -----

----- **3.1 – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO – PEDIDO DE PROPOSTAS**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe foi presente pelo Sr. Presidente a seguinte informação e que a seguir se transcreve na íntegra: -----

-----**“Contracção de empréstimo de longo prazo – Pedido de propostas:** -----

-----**Enquadramento:** -----

-----1 - “Os municípios podem contrair empréstimos e utilizar aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como emitir obrigações e celebrar contratos de locação financeira, nos termos da lei”, conforme o disposto no nº. 1 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; -----

-----2 - “Os empréstimos e a utilização de aberturas de crédito que, para efeitos da presente lei são designados por empréstimos, são obrigatoriamente denominados em euros e podem ser a curto prazo, com maturidade até 1 ano, a médio prazo, com maturidade entre 1 e 10 anos, e de longo prazo, com maturidade superior a 10 anos”, conforme o disposto no nº. 2 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; -----

-----3 - “ Os empréstimos a médio e longo prazos podem ser contraídos para aplicação em investimentos, os quais devem estar devidamente identificados no respectivo contrato, ou ainda para proceder ao saneamento ou ao reequilíbrio financeiro dos municípios”, conforme o disposto no nº. 4 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; -----

-----4 - “Os empréstimos de médio ou longo prazo têm um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podendo, em caso algum, exceder a vida útil do respectivo investimento”, conforme o disposto no nº. 5 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; ---

-----5 - “ O pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contracção de empréstimos de médio e longo prazos é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições de crédito, bem como de mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município”, conforme o disposto no nº. 6 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; -----

-----6 - “Sempre que os efeitos da celebração de um contrato de empréstimo se mantenham ao longo de dois ou mais mandatos, deve aquele ser objecto de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções”, conforme o disposto no nº. 8 do artigo 38º. da Lei das Finanças Locais; -----

-----**Limites de Endividamento:** -----

-----1 - “O montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c do nº. 1 do artigo 19º, da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local da derrama, relativas ao ano anterior”, conforme o disposto no nº. 2 do artigo 39º. da Lei das Finanças Locais e no nº. 1 do artigo 33º. da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2007; -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----2 - “O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior”, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 37.º da Lei das Finanças Locais e número 2 do artigo 33.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2007; -----

Demonstração do cálculo dos limites ao endividamento para o ano de 2007

| DESIGNAÇÃO  | MONTANTE             | OBSERVAÇÕES        |
|---|----------------------|--------------------|
| (1) IMI 2006  | 1.315.061,97         |                    |
| (2) IMT 2006  | 541.069,69           |                    |
| (3) IMV 2006  | 202.902,48           |                    |
| (4) CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA 2006  | 28.520,19            |                    |
| (5) SISA 2006   | 2.338,38             |                    |
| (6) FEF 2006  | 6.690.024,00         |                    |
| (7) PARTICIPAÇÃO NO IRS 2006  | 0,00                 |                    |
| (8) DERRAMA 2006  | 0,00                 |                    |
| (9) SECTOR EMPRESARIAL LOCAL 2006   | 0,00                 |                    |
| (10) Total das receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites de endividamento | <b>8.779.916,71</b>  | Somatório de 1 a 9 |
| (11) Limite ao endividamento de curto prazo   | <b>877.991,67</b>    | (10) * 10%         |
| (12) Limite ao endividamento de médio e longo prazos                                      | <b>8.779.916,71</b>  | (10) * 100%        |
| (13) Limite ao endividamento líquido  | <b>10.974.895,89</b> | (10) * 125%        |

Dados dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006

Situação face aos limites ao endividamento de médio e longo prazos para o ano de  
2007 em 30 de Junho de 2007

| DESIGNAÇÃO  | MONTANTE     |
|---|--------------|
| (1) Capital em dívida de médio e longo prazos                   | 2.269.268,14 |
| (2) Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento | 1.094.787,46 |
| (3) Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar      | 1.174.480,68 |
| (4) Limite endividamento médio e longo prazos em 2007           | 8.779.916,71 |
| (5) Diferença ( montante de contratação possível)               | 7.605.436,03 |

Dados a constar do pedido de propostas:

Objecto do Investimento (lista constante do quadro seguinte):



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

| DESCRIÇÃO  | PONTO DE SITUAÇÃO                           | MONTANTE (€)  | VIDA ÚTIL (anos) |
|--|---|---------------|------------------|
| Estruturação do novo espaço da Feira   | Aguarda visto do Tribunal de Contas         | 877.028,46    | 20               |
| Beneficiação da estrada Oliveira do Hospital/Felgueira Velha   | Em fase de concurso                         | 1.995.000,00  | 20               |
| Benéf., rectif. e pavimentação da EM 504 e EM 504-2 - Lagares da Beira/Limite do Concelho/Meruge                 | Projecto Aprovado                           | 991.200,00    | 20               |
| Anfiteatro Romano de Bobadela - 1º. Fase   | Tem Projecto de Execução                    | 351.750,00    | 80               |
| Abastecimento de água e saneamento a Casal de Abade, Pinheirinho, Quinta do Outeiro e Cabeçadas                  | Tem Projecto de Execução                    | 724.500,00    | 20               |
| Beneficiação da estrada Aldeia das Dez / Vale Maceira  | Tem Projecto de Execução                    | 1.197.000,00  | 20               |
| Rectificação e pavimentação da EM 509 - Nogueira do Cravo/Aldeia de Nogueira/Oliveira do Hospital                | Tem Projecto de Execução                    | 1.316.700,00  | 20               |
| Adaptação do edifício da Escola do 1º. Ciclo de Penalva de Alva em Biblioteca e Sede da Junta de Freguesia       | Tem Projecto de Execução                    | 367.500,00    | 80               |
| Benéf., rectif. e pavimentação da EM 507 e EM 507-1 -ER 230/Limite do Concelho/Pólo Industrial de Seixo da Beira | Projecto Aprovado                           | 835.800,00    | 20               |
| Biblioteca Municipal   | Tem Projecto de Execução                    | 672.000,00    | 80               |
| Requalificação do Largo Ribeiro do Amaral  | Está a ser concluído o projecto de execução | 1.680.000,00  | 20               |
| INVESTIMENTO PREVISTO DOS PROJECTOS ALVO DO EMPRÉSTIMO   |   | 11.008.478,46 |                  |

-----Montante do empréstimo a contrair: até 5.000.000,00 €;-----  
-----Prazo do empréstimo: 20 anos;-----  
-----Período de utilização e carência: 2 anos; -----  
-----Apresentação de condições para prestação trimestral com Euribor a 3 meses e para prestação semestral com Euribor a 6 meses; -----

-----**Entidades a consultar:** -----  
-----Banco BPI -----  
-----BES – Banco Espírito Santo -----  
-----Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Oliveira do Hospital -----  
-----Caixa Geral de Depósitos -----  
-----Millennium bcp -----  
-----Santander Totta”-----

-----**No seguimento da informação acima transcrita, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação do pedido de propostas com vista à contracção do referido empréstimo de longo prazo.** -----

-----**Assim, relativamente à proposta apresentada e na sequência da respectiva análise dos pedidos de esclarecimentos antes apresentados por parte dos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.** -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DA SRA. VEREADORA MARIA JOSÉ FREIXINHO**-----

-----A Sra. Vereadora Maria José Freixinho fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:  
-----“Está comprovado que o Município pretende fazer mais, e para isso tem que contrair empréstimos para poder executar as obras. Eu naturalmente que apoio esta tomada de posição porque entendo que não podemos ir realizando obra à medida dos recursos que temos. Temos de facto que nos endividar, ainda que com consciência dos passos que estamos a dar, para permitir



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

criar um investimento concentrado, num período de tempo mais curto e que possa atrair outros investimentos, sejam eles de particulares ou de outras origens, para criarmos vida e dinamismo no concelho porque é isso que pretendemos. Na minha óptica, esta atitude do executivo em permanência é uma decisão que me satisfaz porquanto vai potenciar investimento e desenvolvimento, e de facto, é isso que eu desejo para o concelho e para os munícipes.” -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA** -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve: -----

-----“Este procedimento, de investir e de calcular com medida e ponderação, fazer investimentos e empréstimos está dentro do meu espírito, tal como sempre referi. O que se está a fazer é realmente, uma dívida estudada e ponderada com fins produtivos que pode trazer outras consequências para o desenvolvimento da nossa comunidade, e por isso voto favoravelmente à proposta apresentada.”-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO** -----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo fez a seguinte declaração que a seguir se transcreve:-----

-----“Relativamente à proposta apresentada, tenho defendido aqui, em várias posições e vários debates, inclusivamente em declarações acerca da Prestação de Contas, do Plano e Orçamento, a contratação de empréstimo para alavancar investimentos que de alguma forma reputo de investimentos chave, investimentos âncora para o concelho, como é o caso da criação de uma incubadora de empresas e sobre a qual sei que o Sr. Presidente tem uma abordagem neste momento diferente sobre este tema, obviamente que também penso, em termos de investimento de carácter reprodutivo, na criação de novas áreas de localização empresarial e na expansão da Zona Industrial de Oliveira do Hospital e a qual entendo que tem de ser uma aposta firme e decidida, penso ainda na requalificação urbana e alerta que não podemos só pensar na requalificação da cidade mas também de alguns núcleos das nossas freguesias especialmente aqueles que têm características que devem ser preservados como exemplos da nossa identidade e das nossas características típicas e como mais valias ao nível turístico. Quanto às vias rodoviárias acredito que algumas vias municipais de ligação entre municípios possam ser financiadas pelo QREN, acredito menos que a rede interna de caminhos e estradas municipais tenha algumas dificuldades em obter esse financiamento, ainda que houve investimentos avultados no III QCA. Reputo um outro investimento importante, a Biblioteca Municipal, um projecto que já se arrasta há vários mandatos e o qual espero que seja levado por diante porque de facto é um equipamento cultural que Oliveira do Hospital tem que ter. Reputo também de importante o investimento na requalificação do Anfiteatro Romano da freguesia de Bobadela, o qual se pode transformar no pólo central turístico da região. Em suma voto favoravelmente à contracção do referido empréstimo, sei que é uma decisão que vai marcar o presente e o futuro da Autarquia por 20 anos, mas creio que os projectos que referi, e outros, de facto merecem ser concretizados. Se a solução é o recurso extra empréstimo bancário, vamos com ele para a frente na expectativa de que também alguns destes projectos possam ser co-financiados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional e os possamos levar por diante”.-----

----- **3.2 - LICENCIAMENTO DE PUBLICIDADE** -----

----- **3.2.1 – PATRÍCIA ISABEL ALMEIDA MARTINS NEVES** -----

D.A.G.F. /Proc. 47/9



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Requer autorização para a instalação de dois reclusos luminosos (via pública) no seu estabelecimento denominado “Oliveiragem, Lda”, sito na Rua D. Josefina da Fonseca, nº. 1, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----3.2.2 – TERESA MARIA SIMÕES GOMES MARQUES DE FIGUEIREDO-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de um reclamo luminoso no seu estabelecimento denominado “Anita Papelaria”, sito na Rua do Ameal, nº. 15, Edifício Estrela, em Oliveira do Hospital.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----3.2.3 – LUÍS MIGUEL PAIS TAVARES-----

D.A.G.F./Proc. 47/9

-----Requer autorização para a instalação de dois reclusos luminosos no seu estabelecimento denominado “Pneus Luís Tavares”, sito no lugar e freguesia de Meruge, deste concelho.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido nos termos do Regulamento sobre Afixação e Inscrição de Mensagens de Publicidade e Propaganda no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----3.3 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA-----

-----3.3.1 – CAFETARIA ALAMBIQUE, LDA-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de 10m<sup>2</sup>, do seu estabelecimento, sito na Praceta da Ordem dos Hospitalários, em Oliveira do Hospital, para o período de 1 de Junho até 30 de Setembro de 2007.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

-----3.3.2 – GIORGIO SANDRIN, “IL PECCATO” (GELATARIA)-----

D.A.G.F./Proc.47/10

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de 12,5m<sup>2</sup>, do seu estabelecimento, sito na Rua do Ameal, nº. 16-B, em Oliveira do Hospital, para o período de 1 de Junho até 31 de Outubro de 2007.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.-----

-----3.4 – SOCIEDADE RECREATIVA DE SANTA OVAIA – “CIRCUITO OFF ROAD 2007” – PEDIDO DE LICENCIAMENTO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS-----

D.A.G.F./Proc. 69/4

-----Requer a emissão de Licença para a realização da actividade desportiva denominada “Circuito Off Road 2007”, a ter lugar no próximo dia 8 de Julho do corrente ano e bem assim a isenção do pagamento das taxas inerentes à mesma.-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido, nos termos do artigo 54º do Regulamento sobre o Licenciamento do Exercício da Actividade de Realização de Espectáculos de Natureza Desportiva e de Divertimentos Públicos.-----

-----Foi igualmente deliberado, isentar a Sociedade Recreativa de Santa Ovaia do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

**-----3.5 – LIGA DOS AMIGOS DO AVELAR – PROVA DESPORTIVA “3ª SUBIDA AO MONTE COLCURINHO” – PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----**

D.A.G.F./Proc. 69/4

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da prova de atletismo “3ª Subida ao Monte Colcurinho”, a ter lugar no próximo dia 19 de Agosto do corrente ano.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a Liga dos Amigos do Avelar do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento nos termos do nº 2 do artigo 6º do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas.-----

**-----3.6 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS -----**

**-----3.6.1 – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DO INGLÊS NOS 3º E 4º ANOS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR DO 1º CEB -----**

**-----3.6.1.1 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS VALE DO ALVA-----**

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----De acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas Vale do Alva, um subsídio no montante de **1.200,96 € (Mil e duzentos euros e noventa e seis cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**-----3.6.1.2 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DA CORDINHA -----**

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----De acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas da Cordinha, um subsídio no montante de **172,80 € (Cento e setenta e dois euros e oitenta cêntimos)** a título de comparticipação nos custos com o pagamento de horas lectivas de actividades de enriquecimento curricular.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**-----3.6.2– ENTIDADES ADERENTES AO PROGRAMA “FÉRIAS OCUPADAS” – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS – 1ª FASE - 75% BOLSAS -----**

D.A.G.F./Proc. 53/4/DOC.2



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios às entidades aderentes ao programa em epígrafe, conforme mapa em anexo, e que fica a fazer parte integrante desta acta, e que ascendem a **18.765,00 € (Dezoito mil setecentos e sessenta e cinco euros) acrescido do valor dos seguros de acidentes pessoais**, tendo igualmente proposto o pagamento imediato de 75% do valor das bolsas. -----

-----A Câmara Municipal de acordo com as normas regulamentares que regem o Programa “Férias Ocupadas, aprovadas em reunião camarária de 4 de Abril do ano em curso, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----Por fazer parte dos Órgãos Sociais da Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, a Sra. Vereadora Maria José Freixinho ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação da atribuição de subsídio à referida entidade .

-----**3.6.3 – PRÉMIO DE MÉRITO DESPORTIVO – SOCIEDADE RECREATIVA ERVEDALENSE**-----  
D.A.G.F./Proc. 53/4

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal de acordo com as Normas de Atribuição do Prémio Municipal de Mérito Desportivo, aprovadas em reunião camarária de 08 de Agosto de 2006, deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, atribuir o Prémio Municipal de Mérito Desportivo no valor de **1.875,00 € (Mil oitocentos e setenta e cinco euros)** à Sociedade Recreativa Ervedalense, como reconhecimento do êxito alcançado na passada época desportiva.-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe o Sr. Vereador José Francisco Rolo protestou pelo facto da ARCED continuar a não ser reconhecida e apoiada pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, pelo seu desempenho desportivo, referindo o seguinte: -----

-----“A ARCED foi campeã distrital, venceu a taça, já foi campeã no ano passado, e não lhe foi atribuído o subsídio anual à semelhança do que é feito com todas as Associações do concelho de Oliveira do Hospital. Só por aí já está a ser discriminada, o que é negativo e censurável. É campeã e em condições normais e naturais tinha direito ao acesso ao Prémio Municipal de Mérito Desportivo e mais uma vez é discriminada negativamente, não pode ser.”

-----**3.6.4 - ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS ÀS MARCHAS POPULARES**-----

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes prémios às entidades que participaram no desfile/ concurso das Marchas Populares/ 2007 que decorreu no âmbito da Semana Popular:-----

a) **MARCHAS CLASSIFICADAS NOS TRÊS PRIMEIROS LUGARES:**

|                  |                                    |   |                 |
|------------------|------------------------------------|---|-----------------|
| <b>1º PRÉMIO</b> | <b>MARCHA DE AVÔ</b>               | <b>Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô</b>  | <b>300,00 €</b> |
| <b>2º PRÉMIO</b> | <b>MARCHA DE SANTA OVAIA</b>       | <b>Sociedade Recreativa de Santa Ovaia</b>  | <b>250,00 €</b> |
| <b>3º PRÉMIO</b> | <b>MARCHA DE NOGUEIRA DO CRAVO</b> | <b>Fábrica da Igreja de Nogueira do Cravo - Grupo de Jovens de Nogueira do Cravo “Reflexos de Cristo”</b> | <b>200,00 €</b> |



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

b) **PRÉMIOS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO:**

|                                      |  |          |
|--------------------------------------|--|----------|
| MARCHA DE AVÔ                        | Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô  | 400,00 € |
| MARCHA DE SANTA OVAIA                | Sociedade Recreativa de Santa Ovaia  | 400,00 € |
| MARCHA DE NOGUEIRA DO CRAVO          | Fábrica da Igreja de Nogueira do Cravo –<br>Grupo de Jovens de Nogueira do Cravo<br>“Reflexos de Cristo” | 400,00 € |
| MARCHA DE GALIZES                    | Sociedade de Recreio e Cultura dos Povos<br>de Galizes e Vendas de Galizes                               | 400,00 € |
| MARCHA DE BOBADELA                   | Freguesia da Bobadela  | 400,00 € |
| MARCHA INFANTIL DA BOBADELA          | Freguesia da Bobadela  | 200,00 € |
| MARCHA DE LAGARES - RANCHO           | Rancho Folclórico e Cultural de Lagares<br>da Beira  | 400,00 € |
| MARCHA DE LAGARES -<br>ASSOCIAÇÃO    | Associação Cultural e Recreativa de<br>Lagares da Beira  | 400,00 € |
| MARCHA INFANTIL DE SEIXO DA<br>BEIRA | Centro Social e Paroquial de Seixo da<br>Beira   | 200,00 € |

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.6.5 – AUTARQUIAS** -----

-----**3.6.5.1 - JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como comparticipação nos custos com a execução de obras de conservação dos tanques existentes na localidade de Vendas de Gavinhos, do conserto de um portão existente na Rua dos Amarais, na localidade de Gavinhos de Cima, nas despesas com os Nadadores - Salvadores a prestarem serviço nas Piscinas Municipais durante os meses de Julho, Agosto e Setembro do corrente ano e com o Coveiro do Cemitério Municipal. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.6.5.2 - JUNTA DE FREGUESIA DE TRAVANCA DE LAGOS** -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, um subsídio no montante de **3.500,00 € (Três mil e quinhentos euros)** como apoio à execução de obras de manutenção e conservação da área envolvente à Casa do Povo daquela freguesia, nomeadamente a reconstrução de um muro de vedação e pavimentação do chão abrangente ao bar de apoio à realização de eventos desportivos e/ou culturais. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.6.6 – INSTITUIÇÕES-----

-----3.6.6.1 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS BRÁS GARCIA DE MASCARENHAS-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

----- De acordo com a informação elaborada pela Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua ao Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, um subsídio no montante de **626,08 € (Seiscentos e vinte e seis euros e oito cêntimos)** a título de comparticipação no pagamento do serviço de vigilância dos alunos nos transportes escolares, relativo ao 3º período do presente ano lectivo.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.6.6.2 – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DA SOBREDA-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação de Cultura e Recreio da Sobreda, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à execução de obras de beneficiação no interior do edifício sede daquela Associação.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.6.6.3 – CENTRO DE RECREIO E CONVÍVIO DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas, um subsídio no montante de **16.000,00 € (Dezasseis mil euros)** sendo **6.000,00 € (Seis mil euros)** como complemento ao subsídio atribuído em reunião camarária de 22 de Dezembro de 2006 para comparticipação na aquisição de uma viatura de transporte de passageiros de 20 lugares, e o restante no montante de **10.000,00 € (Dez mil euros)** como apoio à execução de obras de beneficiação no edifício sede daquela Associação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.6.6.4 – CORAL DE SANT'ANA-----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Coral de Sant'Ana, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)** como apoio à sua deslocação a Marcellina – Roma, para participar na “Rassegna Corale Internazionale”.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.6.6.5 – UNIÃO DESPORTIVA E TUNA VILAFRANQUENSE -----

D.A.G.F./Proc. 53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à União Desportiva e Tuna Vilafranquense, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)**, como apoio à realização do “XVII Torneio Ibérico em Futebol – Veteranos, a levar a efeito no dia 29 de Setembro do corrente ano.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----3.7 – OBRAS PARTICULARES -----

-----3.7.1 – LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS/ INDEFERIDOS -----

D.S.T./DOC.3

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----3.8 – OBRAS MUNICIPAIS -----

-----3.8.1 – REDES DE ÁGUA E SANEAMENTO NA FREGUESIA NA RUA DO SARILHO, EM AVÔ – FIXAÇÃO DO PREÇO DOS RAMAIS-----

D.A.G.F./Proc.47/1/DOC.4

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi presente pelo Sr. Presidente a informação elaborada pelo Sector de Vias de Comunicação e Trânsito, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, fixar os valores a pagar pelos munícipes residentes na freguesia de Avô, deste concelho, e identificados no documento anexo à referida informação, pela execução de ramais de água e saneamento domiciliários, a saber: -

-----Ramais de Água - **75,00 €** (Setenta e cinco euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----Ramais de Saneamento – **150,00 €** (Cento e cinquenta euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

-----3.8.2 – EMPREITADA DE “SANEAMENTO À DIGUEIFEL” – TRABALHOS A MAIS-----

D.S.T./DOCs. 5 e 6

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação dos Serviços Técnicos que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, aprovar todos os preços unitários apresentados pela firma C.A. – Construtora do Alva, S.A. para a realização dos trabalhos a executar na empreitada acima identificada e bem assim autorizar a execução dos trabalhos a mais na mesma no montante de **6.945,50 €** (Seis mil, novecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA, à taxa legal em vigor. -----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou ainda, por unanimidade e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 116.º do Decreto-lei n.º 59/99 de 02 de Março, na sua actual redacção, aprovar a minuta, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, referente ao contrato adicional da empreitada em epígrafe.-----

-----**3.9 - ASSUNTOS / EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO**-----

-----**3.9.1 - MAPA DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTES – CONHECIMENTO**-----

D.A.G.F./DOC.7

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 21 e 30 de Junho de 2007, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**3.9.2 – CENTRO DE RECREIO E CONVÍVIO DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS – PEDIDO DE CEDÊNCIA/ VENDA DA ESCOLA PRIMÁRIA DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

D.A.G.F./Proc. 6/14

-----Foi presente pelo Sr. Presidente uma carta, datada de 8 de Maio de 2007, remetida pela entidade acima identificada, a manifestar a sua intenção na utilização da Escola Primária de Alvôco das Várzeas, quer seja através de cedência da mesma, quer seja por venda. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**3.9.3 – SERRA DO AÇÔR – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – REUNIÃO DA DIRECÇÃO**-----

D.A.G.F./Proc. 42/14

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da Serra do Açôr, que teve lugar no dia 25 de Junho do corrente ano, no edifício das Piscinas Municipais de Penacova (pisso-1), com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma:-----

-----1 – Análise das contas correntes dos Municípios;-----

-----2 – Deliberação sobre o início de procedimentos para aquisição de novo Bulldozer; -----

-----3 – Situação contratual dos técnicos aos serviços da Associação; -----

-----4 – Assuntos gerais de interesse para a associação. -----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**3.9.4 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA – CONSTRUÇÃO DA ETAR DE VILA POUCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc. 42/19

-----Foi presente pelo Sr. Presidente um fax de 20 de Junho de 2007, remetido pela entidade acima identificada, a prestar alguns esclarecimentos relacionados com a construção da ETAR de Vila Pouca da Beira, nomeadamente de que a construção da referida ETAR irá ser considerada como trabalho adicional, no âmbito do Concurso “C” de Subsistemas de Saneamento, ou mesmo em empreitada específica, uma vez que não está abrangida pela comparticipação do Fundo de Coesão.--

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**3.10 - OUTROS ASSUNTOS**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na sua actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----**3.10.1 - ADEGA COOPERATIVA DE NOGUEIRA DO CRAVO**-----

**D.A.G.F./Proc. 53/4**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo, um subsídio no montante de **4.000,00 € (Quatro mil euros)** como apoio à promoção/divulgação do vinho do Dão. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Por fazer parte dos órgãos de Direcção da Adega Cooperativa de Nogueira do Cravo, o Sr. Vereador Albano Almeida ausentou-se da sala de reuniões na altura da apresentação, discussão e votação do presente assunto. -----

-----**3.10.2 – PROPOSTA DE “NORMAS INTERNAS DE UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO INTERNET DE SEIXO DA BEIRA”**-----

**D.A.G.F./Doc.8**

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a aprovação das Normas Internas de Utilização do Espaço Internet de Seixo da Beira, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Normas Internas de Utilização do Espaço Internet de Seixo da Beira. -----

-----**3.10.3 – SEMANA DA JUVENTUDE**-----

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal de que hoje se iria proceder à apresentação pública do programa da Semana da Juventude, dando conta das actividades que irão decorrer. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **4 – ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES** -----

-----**4.1 - INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR PAULO ROCHA**-----

-----**4.1.1 – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL – REUNIÃO DE DIRECÇÃO**-----

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião de Direcção da Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábuia e Oliveira do Hospital, que teve lugar no dia 29 de Junho do ano em curso, em Tábuia, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma.-- -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**4.2 - INTERVENÇÃO DA SRA. VEREADORA MARIA DE FÁTIMA ANTUNES**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **4.2.1 - ACCÃO SOCIAL ESCOLAR - MAPA MENSAL DE PAGAMENTOS DE REFEIÇÕES – MÊS DE MAIO /2007** -----

**D.A.G.F./Proc.29/7/DOC.9**

-----A Sra. Vereadora Maria de Fátima Antunes propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios descritos no mapa que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, às instituições do concelho, para efeitos de pagamento de refeições referentes ao mês de Maio de 2007, no total de **23.886,76 € (Vinte e três mil, oitocentos e oitenta e seis euros e setenta e seis cêntimos)**. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta. -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas treze horas e trinta minutos, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretária redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 6 de Julho de 2007** -----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
6 DE JULHO DE 2007**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**